

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2024**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM

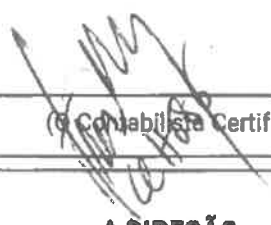
MORADA: Rua da Felgueira, 360

LOCALIDADE: Baguim do Monte

FREGUESIA: Baguim do Monte

CONCELHO: Gondomar

CODIGO POSTAL: 4435 - 696

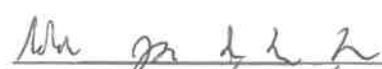


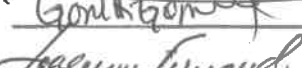
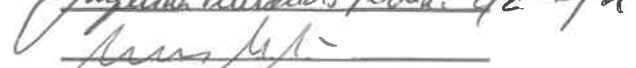
(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

DATA _____

ASSINATURAS




CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte : 501632727
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-24	31-dez-23
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	292 158,14	306 091,90
Investimentos financeiros	10.1	3 405,32	3 405,32
		295 563,46	309 497,22
Ativo corrente			
Inventários	5	332,13	204,21
Créditos a receber	10.2	18 773,50	14 163,50
Estado e outros entes públicos	10.7	1 535,69	728,03
Diferimentos	10.3	1 150,91	983,48
Outros ativos correntes	10.8	17 565,80	8 574,31
Caixa e depósitos bancários	10.4	49 396,13	25 550,36
		88 754,16	50 203,89
Total do ativo		384 317,62	359 701,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	240 444,80	240 444,80
Resultados transitados	10.5	-93 904,88	-115 483,37
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.5	95 151,04	98 443,11
		241 690,96	223 404,54
Resultado líquido do período		23 303,16	18 464,63
Total dos fundos patrimoniais		264 994,12	241 869,17
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	22 509,71	28 285,67
Estado e outros entes públicos	10.7	8 434,74	9 231,49
Diferimentos	10.3	9 359,51	6 538,30
Outros passivos correntes	10.9	79 019,54	73 776,48
		119 323,50	117 831,94
Total do passivo		119 323,50	117 831,94
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		384 317,62	359 701,11

A Direção

O Contabilista Certificado

Adm. J. A. L. L.
Manuel António Teixeira Santos Marques
João Carlos Pereira da Silva
ppm/ps

[Assinatura]

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 024	2 023
Vendas e serviços prestados	6	745 551,17	681 542,63
Subsidios, doações e legados à exploração	10.10	34 985,47	40 311,92
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-75 774,35	-71 192,44
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-165 521,91	-137 095,09
Gastos com o pessoal	8	-504 220,31	-484 048,59
Aumentos/reduções de justo valor	10.14	0,00	-5,62
Outros rendimentos	10.12	3 848,00	4 933,86
Outros gastos	10.13	-1 229,61	-862,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		37 638,46	33 584,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-14 335,30	-15 119,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23 303,16	18 464,88
Gastos de financiamento	10.15	0,00	-0,25
Resultados antes de impostos		23 303,16	18 464,63
Resultado líquido do período		23 303,16	18 464,63

A Direção

O Contabilista Certificado

Handwritten signature: Manuel António Teixeira Santos
Handwritten signature: José Manuel Pereira da Silva
Handwritten signature: [illegible]

Handwritten signature: [illegible]

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		433 375,28	406 395,66
Pagamentos a fornecedores		-257 926,19	-231 703,34
Pagamentos ao pessoal		-361 277,69	-335 042,53
Caixa gerada pelas operações		-185 828,60	-160 350,21
Outros recebimentos/pagamentos		201 461,76	158 750,22
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		15 633,16	-1 599,99
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-433,80	-2 642,20
Investimentos financeiros		0,00	-249,56
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	247,86
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-433,80	-2 643,90
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		8 646,41	12 429,93
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-10 000,00
Juros e gastos similares		0,00	-0,25
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		8 646,41	2 429,68
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		23 845,77	-1 814,21
Caixa e seus equivalentes no início do período		25 550,36	27 364,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4	49 396,13	25 550,36

A Direção

O Contabilista Certificado

Manuel António Teixeira Santos
Guilherme
João Fernando Cunha de Silva
João José A.

[Assinatura]
celhos

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 501632727

Moeda: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ERPI	CENTRO DE DIA	SAD	PERÍODOS	
					2024	2023
Vendas e serviços prestados		535 492,47	85 808,12	124 250,58	745 551,17	681 542,63
Custo das vendas e dos serviços prestados		-385 136,65	-73 960,06	-120 897,95	-579 994,56	-555 241,03
Resultado Bruto		150 355,82	11 848,06	3 352,63	165 556,51	126 301,60
Outros Rendimentos		18 772,57	8 839,50	11 221,40	38 833,47	45 245,78
Gastos administrativos		-137 186,58	-19 347,59	-23 361,04	-179 895,21	-152 229,54
Outros Gastos		-810,29	-131,08	-250,24	-1 191,61	-852,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31 131,52	1 208,89	-9 037,25	23 303,16	18 464,88
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00	0,00	0,00	0,00	-0,25
Resultado antes de impostos		31 131,52	1 208,89	-9 037,25	23 303,16	18 464,63
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		31 131,52	1 208,89	-9 037,25	23 303,16	18 464,63

A Direção

António José de Jesus
António José de Jesus

O Contabilista Certificado

António José de Jesus
António José de Jesus

*A
Baptista
f-*

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE BAGUIM

**Anexo às
Demonstrações Financeiras
2024**

Handwritten signature: Henrique

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5	Inventários.....	9
6	Rédito.....	9
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo	9
8	Benefícios dos empregados	10
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	10
10	Outras Informações	10
10.1	Investimentos Financeiros	10
10.2	Créditos a Receber.....	11
10.3	Diferimentos.....	11
10.4	Caixa e Depósitos Bancários	11
10.5	Fundos Patrimoniais.....	11
10.6	Fornecedores	12
10.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	12
10.8	Outros ativos correntes	12
10.9	Outros passivos correntes	12
10.10	Subsídios, doações e legados à exploração	13
10.11	Fornecimentos e serviços externos.....	13
10.12	Outros rendimentos	14
10.13	Outros gastos	14
10.14	Aumentos / reduções de justo valor.....	14
10.15	Resultados Financeiros	14
10.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
10.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

Handwritten signature and initials in the top right corner.

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Baguim é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" e encontra-se registada na Direcção-Geral da Segurança Social no livro das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 13/84 a fls. 41 e 41 verso em 22/2/84.

Tem sede na Rua da Felgueira, 360, freguesia de Baguim do Monte no concelho de Gondomar.

Visa contribuir para a promoção integral de todos os habitantes da paróquia, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social. Sempre que tal se justifique, e seja possível, a ação do Centro estender-se-á aos habitantes das paróquias vizinhas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

A CNC – Comissão de Normalização Contabilística divulgou uma orientação técnica relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação típicos entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo, pelo que passam a ser refletidas na rubrica "Prestações de Serviços", com aplicação retrospectiva.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual,

independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatem. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação

0
Hoyun
1/

constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa



A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4 Ativos Fixos Tangíveis**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

DESCRIÇÃO	31-12-2023	Adições	Abate	Transferência	31-12-2024
Terreno e Recursos Naturais	19 951,92				19 951,92
Edifícios e Outras Construções	654 210,73				654 210,73
Equipamento Básico	158 597,73	401,54			158 999,27
Equipamento de Transporte	88 742,01				88 742,01
Equipamento Administrativo	91 879,75				91 879,75
Ativo Tangível Bruto	1 013 382,14	401,54	0,00	0,00	1 013 783,68
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	371 765,50	13 084,21			384 849,71
Equipamento Básico	154 916,58	1 237,49			156 154,07
Equipamento de Transporte	88 742,01				88 742,01
Equipamento Administrativo	91 866,15	13,60			91 879,75
Depreciações Acumuladas	707 290,24	14 335,30	0,00	0,00	721 625,54
Ativo Tangível Líquido	306 091,90	- 13 933,76	0,00	0,00	292 158,14

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2024	2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	332,13	204,21
Total	332,13	204,21

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2021, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2024	2023
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	204,21	197,15
Compras	75 902,27	71 199,50
Doações	0,00	0,00
Saldo Final	332,13	204,21
Gastos do Período	75 774,35	71 192,44

6 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2024	2023
Prestação de Serviços		
Quotas do Utilizadores	470 815,21	409 204,66
Quotas e Joias	0,00	329,00
Acordos de cooperação	(1) 274 735,96	(1) 272 008,97
Total	745 551,17	681 542,63

(1) ver nota 3

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2024		2023	
		Capitais Próprios	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00	274 735,96	0,00	272 008,97
C.M. Gondomar	Não Reembolsável	0,00	3 240,31	0,00	0,00
J.F. Baguim do Monte	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	1 500,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00	23 098,75	0,00	26 304,76
PIDDAC (Edifício)	Não Reembolsável	53 252,06	2 793,27	56 045,33	2 793,27
C.M. Gondomar (Edifício)	Não Reembolsável	12 968,70	498,80	13 467,50	498,80
Total		66 220,76	304 367,09	72 804,80	303 105,80

8 Benefícios dos empregados

Os elementos que compõem os Órgãos Sociais são 8, a Direção é constituída por 5 elementos e o Conselho Fiscal por 3 elementos.

A instituição durante o exercício de 2024 e 2023 contou com uma média de 26 colaboradores. Além do pessoal do quadro, em 2024, estiveram ao serviço da instituição 10 colaboradores ao abrigo de programas com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários em 2024 e 2023 foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao pessoal	397 182,71	357 749,60
Indemnizações	468,31	301,47
Encargos sobre as Remunerações	80 331,35	77 588,33
Seguros de Acidentes no Trabalho	6 547,40	5 183,13
Outros Gastos com o Pessoal	870,56	1 599,95
IEFP	18 819,98	41 626,11
Total	504 220,31	484 048,59

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

10 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2023
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	3 405,32	3 405,32
Total	3 405,32	3 405,32

Handwritten signature and initials.

10.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes		
Utentes c/c	18 773,50	14 163,50
Total	18 773,50	14 163,50

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 095,56	928,13
Outros gastos	55,35	55,35
Total	1 150,91	983,48
Rendimentos a reconhecer		
ISS, IP – Adiantamento atualização 2024	0,00	6 538,30
IEFP	9 359,51	0,00
Total	9 359,51	6 538,30

10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1 833,97	340,67
Depósitos à Ordem	47 562,16	25 209,69
Total	49 396,13	25 550,36

10.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	240 444,80			240 444,80
Resultados Transitados	- 115 483,37	(2) 21 578,49		- 93 904,88
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	98 443,11		3 292,07	95 151,04
Total	223 404,54	21 578,49	- 3 292,07	241 690,96

(2) O aumento nos resultados transitados deve-se à transferência do resultado líquido de 2023 no valor de 18 464,63€ e ao apoio recebido em 2024 no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo do Município de Gondomar do ano de 2023 no valor total de 3 113,86€

A
Albuquerque
F

10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c		
Fornecedores	22 509,71	28 285,67
Total	22 509,71	28 285,67

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
IVA - restituição	1 535,69	728,03
Total	1 535,69	728,03
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	1 272,00	1 386,05
Segurança Social	7 162,74	7 845,44
Total	8 434,74	9 231,49

10.8 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinham, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos ao pessoal	422,71	0,00
Fornecedores	5 445,63	8 047,37
Adiantamentos a fornecedores	5 445,63	8 047,37
Outras Contas a Receber	11 697,46	526,94
Despesas utentes	1 204,30	526,94
IEFP	8 907,05	0,00
ISS - Dotação	1 586,11	0,00
Total	17 565,80	8 574,31

10.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
	Corrente	Corrente
Clientes e Utentes	130,00	578,00
Adiantamentos Utentes	130,00	578,00
Pessoal	0,00	216,02
Remunerações a pagar	0,00	216,02
Credores por Acréscimo de Gastos	78 652,31	71 806,57
Remunerações a Liquidar	62 241,45	61 984,84
Outras despesas diferidas	16 410,86	9 821,73
ISS - Dotação	0,00	940,76
Sindicato	37,23	35,13
Créditos por identificar	200,00	200,00
Total	79 019,54	73 776,48

10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	(3) 26 339,06	(3) 27 804,76
Doações e heranças – Donativos	8 646,41	12 507,16
Total	34 985,47	40 311,92

(3) Ver nota 3

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Serviços especializados	55 034,80	43 977,08
Materiais	35 268,61	30 806,93
Energia e fluídos	39 365,37	28 126,45
Deslocações, estadas e transportes	70,15	42,60
Serviços diversos	8 383,27	8 117,12
Encargos com Utentes	27 399,71	26 024,91
Total	165 521,91	137 095,09

10.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Outros Rendimentos		
Rendimentos Suplementares	510,75	200,67
Imputação subsídios para investimento	3 292,07	3 292,07
Outros	45,18	1 441,12
Total	3 848,00	4 933,86

10.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	0,72	26,22
Dívidas incobráveis - utentes	38,00	15,00
Outros Gastos e Perdas	1 190,89	821,12
Total	1 229,61	862,34

10.14 Aumentos / reduções de justo valor

A Entidade reconheceu em 2024 e 2023 ganhos/perdas por aumento/diminuição do "justo valor":

Descrição	2024	2023
Aumentos		
Em Investimentos financeiros - FCT	0,00	0,00
Reduções		
Em Investimentos financeiros - FCT	0,00	5,62
Saldo	0,00	- 5,62

10.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,25
Outros gastos financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,25
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	- 0,25

10.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2024, foi o seguinte:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas: 28
- Centro de Dia: 18
- Serviço de Apoio Domiciliário: 22

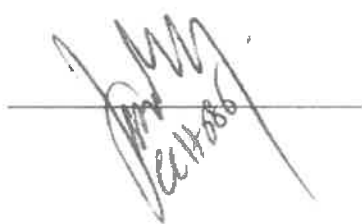
10.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

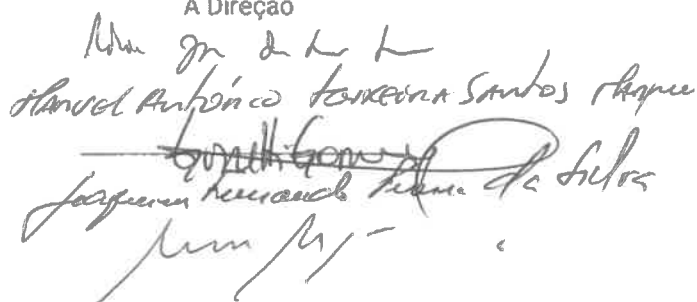
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Baguim do Monte, 31 de dezembro de 2024

O Contabilista Certificado



A Direção



Manoel António Teixeira Santos, Diretor